

## Encontrar-se com o outro: a ética do diálogo em meio à guerra cultural bolsonarista

*Meet the other: the ethics of dialogue in Bolsonaro culture war*

---

### Mariana Schmidt

Mestranda no programa de pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM Eco - UFRJ).

E-mail: [mschmidtneves@gmail.com](mailto:mschmidtneves@gmail.com)

### RESUMO

Resenha do livro *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*, de João Cezar de Castro Rocha.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Guerra Cultural; Bolsonarismo; Diálogo;*

Em sua *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire nos ensina que somente na comunicação tem sentido a vida humana. Contrapondo o que denominou “educação bancária”, afirma que o pensar e a verdadeira reflexão somente ganham autenticidade no pensar e na reflexão do outro, ambas as partes mediatizadas pela realidade. Nesse sentido, o pedagogo informa que não se deve pensar no isolamento, na torre de marfim.

Na contramão dessa ideia, aquele entendido como *sectário* busca fechar-se em sua verdade, negando-se, encerrando-se. Sofrendo pela falta de dúvida, ele é incapaz de perceber a dinâmica da realidade, pois a sua verdade não é aquela de homens e mulheres na busca por construir um futuro, correndo os riscos inerentes da própria construção; nem tampouco é a verdade daqueles que, lutando e aprendendo uns com os outros, edificam esse futuro que não está dado, que não é destino, mas sim criação humana. Por outro lado, o *radical* não se deixa prender em

“círculos de segurança”. Torna-se cada vez mais radical na medida em que se inscreve na realidade para, conhecendo-a melhor, ser capaz de transformá-la. Ele, ao contrário do sectário, não teme enfrentar, ouvir, desvelar o mundo. Não teme o encontro com o outro, menos ainda o dialogar com ele, pois é a partir desse ato que resulta o crescente saber de ambos.

Com isso em mente, Freire ensina que a sectarização é sempre castradora, pelo fanatismo que a nutre, enquanto a radicalização é sempre criadora, pela criticidade que a alimenta. A primeira é mítica, enquanto a outra é crítica. Aquela, irracional, transforma a realidade numa falsa realidade que, assim, não pode ser mudada; essa, libertadora, engaja os homens e as mulheres cada vez mais no esforço da transformação da realidade concreta, objetiva.

E por que abrir essa resenha citando Paulo Freire (justo ele, acusado de ter “emburrecido” a população e criado gerações de analfabetos funcionais)? No ano em que se comemora o centenário do patrono da educação brasileira, João Cezar de Castro Rocha, em seu *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*, acaba por prestar uma verdadeira homenagem ao pensamento do pernambucano. *Você, leitor, me dirá se tenho razão.*

Para começar a compreender a proposta de Castro Rocha, é preciso ter em mente que o bolsonarismo é um movimento anterior à figura do capitão reformado e muito maior do que esse que lhe deu corpo. A possibilidade de que seja levado adiante por alguém mais palatável que Jair Bolsonaro, capaz de concatenar frases inteligíveis numa moderna linguagem de gestor de empresas, torna urgente a compreensão desse movimento para que seja possível a sua superação.

Abrindo caminho para uma práxis autêntica, Castro Rocha busca descrever da forma mais acurada possível a lógica interna e os recursos discursivos do bolsonarismo, valendo-se de um método original e preciso: a etnografia textual. Por meio da aproximação sem preconceitos da vasta produção de bolsonaristas e apoiadores – abrangendo peculiares composições musicais, material audiovisual,

artigos e postagens em redes sociais, por exemplo –, o autor passa da caricatura à caracterização de uma linguagem que se vale da retórica do ódio para manipular as massas digitais. Mais do que uma reflexão, Castro Rocha oferece uma alternativa que supere o bolsonarismo, qual seja, o exercício da ética do diálogo, que considera o *outro* “não como um inimigo a ser eliminado, mas como um *outro eu*”. Dessa forma, é possível quebrar o círculo vicioso da confirmação de crenças (que afeta todos nós, em maior ou menor medida), compreender a realidade ao invés de simplesmente combater as narrativas, e abandonar a sectarização mítica e castradora das discussões.

Estruturado em quatro capítulos, esse ensaio escrito em prosa literária inicia com um conjunto de hipóteses acerca da ascensão da direita no Brasil e a análise do sistema de crenças Olavo de Carvalho. Ao contrário da interpretação dominante e cômoda do campo da esquerda, a ascensão da direita é admitida por Castro Rocha como algo orgânico e longo, cuja organização subterrânea principiou ainda na década de 1980, mais precisamente em 1985, se adensou nos anos 1990 e recrudescer com a primeira vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores à presidência, em 2002. Nas palavras do autor, a redução desse movimento de ascensão à mera vocação golpista, atribuída ao impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, tem paralisado os setores da esquerda, que permanecem incapazes de entender a origem e complexidade desse novo fenômeno – capaz de produzir um tipo tão peculiar quanto o *conservador revolucionário*.

A ascensão dessa juventude de direita que, principalmente nos últimos quinze anos, floresceu no espaço público e dominou as redes sociais, pode envolver quatro fatores principais: 1) uma ação inicialmente positiva de Olavo de Carvalho na década de 1990; 2) uma fissura geracional que, a partir da associação inédita entre *establishment*, *sistema político* e *campo da esquerda*, possibilitou que jovens de direita se assumissem como oposição; 3) agravamento do conflito geracional pela difusão da tecnologia digital, apropriada criativamente por essa crescente juventude

de direita; e 4) a disputa das ruas timidamente iniciada em 2013 e que já em 2015 se mostrou mais ostensiva. Com isso em mente, é importante levarmos em conta a convicção da direita não apenas na *hegemonia*, mas também na *doutrinação da esquerda* que estaria em curso no país.

Nessa toada, Castro Rocha demonstra como o “mestre” Olavo de Carvalho abusa do cacoete da redundância em seus escritos, da mesma forma em que assume uma dicção incendiária representada, por exemplo, por autoritárias e antipáticas letras maiúsculas e/ou pelo uso de inúmeros palavrões. Procedendo assim, o ativista conduz o receptor a uma automática e acrítica absorção de tudo o que é dito e escrito, suprimindo as pausas e o tempo necessário para a absorção das informações. Contrapondo o silogismo aristotélico, em que duas proposições verdadeiras possibilitam a inferência de uma terceira, igualmente válida, no falso silogismo de Olavo de Carvalho, parte-se sempre da conclusão que, dessa forma, passa a sustentar as premissas. É o que Castro Rocha chama de *silogismo de Napoleão de hospício*.

Essa supressão de mediações define a técnica oratória olavista, mas também a pulsão autoritária bolsonarista, já que inviabiliza o diálogo e exige a adesão absoluta de seus seguidores. Em ambos os casos, como nos conta Castro Rocha, “o propósito último é o de abolir toda forma de mediação, a fim de estabelecer seja o controle da consciência dos discípulos, seja o estabelecimento de uma ‘democracia’ direta por meio da abolição das mediações institucionais entre poder e cidadania”. (Vale destacar: “democracia direta” ou *democratura*). O “perigo vermelho” é o ponto de fuga que confere verossimilhança às associações mais desconexas e, dessa forma, pouco importa o conteúdo das proposições – impõe-se, aqui, uma autêntica lógica do vale-tudo.

É fácil ceder ao impulso da caricatura à medida que o autor nos conduz ao exercício implícito de sua etnografia textual – a ética do diálogo. Os muitos artigos, *posts* e palestras apresentados no ensaio nos brindam com uma verdadeira sopa de

alusões crípticas que mesclam excesso de terminologias, informações mal processadas e mirabolantes teorias conspiratórias. Caracterizar as marcas dessa prosa, no entanto, sem menosprezar sua coerência interna, é passo inescapável. Entendido como um *sistema de crenças*, uma vez internalizado, o *efeito Olavo de Carvalho* tende a tornar-se imune a contestações externas. Dessa maneira, explica-se a fidelidade canina ao bolsonarismo, mesmo diante das claras evidências de seu fracasso, mesmo no curso da mais grave tragédia sanitária do último século.

Nessa linha, são trabalhos no segundo capítulo os truques e procedimentos da guerra cultural bolsonarista que, concebida como forma de eliminação do outro, se vale da retórica do ódio para criar um cenário de analfabetismo ideológico. Esse tipo de analfabetismo, vale destacar, não supõe um problema de ordem cognitiva, mas sim política: o analfabeto ideológico projeta no outro as suas próprias convicções e vê em tudo pretexto para reiterar suas crenças particulares.

Antes de seguirmos, porém, uma pausa para citar novamente o mestre (sem aspas aqui) Paulo Freire: ainda em sua *Pedagogia do Oprimido*, Freire nos conta sobre a tendência dos opressores em inanimar tudo e todos. Essa prática identifica-se, nas palavras do pedagogo, com o sadismo na sua visão necrófila de mundo. Na ânsia em dominar, em impor, os opressores matam a vida; apropriam-se da ciência, como instrumento para suas finalidades, e da tecnologia, que usam como força de manutenção da “ordem” opressora, com a qual manipulam e esmagam. Freire, ao elaborar sua obra mais conhecida, já afirmava: o amor dos opressores é um amor às avessas, um amor à morte e não à vida. Pois se não é esse o caráter da monocórdia e repetitiva guerra cultural bolsonarista: ao contrário das demais guerras culturais travadas ao longo da história, que pressupõem o coro dos contrários na disputa pela hegemonia cultural, o movimento em curso nesse Brasil pós-político não admite a diversidade e torna a “*eliminação do diferente* um mal disfarçado culto à morte”. Uma vez identificado, o inimigo deve ser eliminado.

Isso posto, “retórica do ódio” é a técnica discursiva por meio da qual as massas digitais são mantidas em permanente excitação. O recurso aponta para um alvo expresso: a esquerda, entendida como bloco monolítico, representante da “mentalidade revolucionária”. A receita, ensinada e difundida no meio digital por meio do “linchamento permanente do inimigo de plantão”, se vale de dois elementos principais: a *desqualificação nulificadora* e a *hipérbole descaracterizadora*. Com o emprego de truques infantis e o artificial uso da redundância, a técnica constitui uma forma autoritária que inibe a crítica e desmobiliza questionamentos, retira do receptor da mensagem a liberdade de interpretação, ao reiterar sistematicamente o que se acabou de dizer, e manipula a consciência do leitor. A estigmatização caricatural do outro, nas palavras do autor, também autoriza o gesto último do fenômeno: a desumanização do adversário, reduzido a inimigo a ser abatido.

Essas formas suaves de eliminação simbólica do outro ganham novos contornos quando a Doutrina de Segurança Nacional, promulgada em 1969, é resgatada para não só caracterizar a memória da ditadura militar – intimamente ligada a movimentos revisionistas e revanchistas da direita e da extrema-direita –, como também a atualização para tempos democráticos de sua expressão mais violenta: a Lei de Segurança Nacional (LSN) e sua visão agônica de mundo. A lei, promulgada em setembro de 1969, contava com 107 artigos e uma mudança radical em relação à anterior: o substantivo *morte*, inexistente no antigo texto, aparece 32 vezes na nova redação. É nesse contexto que chegamos, no terceiro capítulo, ao texto do *Orvil*.

Focando em moldar o pensamento das futuras gerações, esse projeto secreto, realizado por agentes do Centro de Informações do Exército (CIE) entre 1985 e 1988, deu o pontapé inicial para uma visão de mundo bélica em que o poder está constantemente sob a “ameaça comunista”. Tendo falhado na tomada de poder por meio da luta armada, os “vermelhos” teriam adotado a estratégia da tomada pacífica, infiltrando-se na sociedade e aparelhando as instituições. É assim que se atualiza a

LSN para os tempos de hoje: corrompida a cultura, a educação, o entretenimento e a imprensa, a missão primeira de qualquer governo comprometido com a pátria é destruir tais instituições “aparelhadas” e corroer o Estado por dentro. Dessa maneira, o triunfo eleitoral deixa de importar quando estamos sofrendo com o *marxismo cultural*. “Não tem que se envergonhar disso”, exemplo da sintaxe-torcicolo de Jair Bolsonaro que afirma: para derrotar a esquerda, vale tudo.

Caracterizada a mentalidade bolsonarista, o quarto e último capítulo traz a associação de dois aspectos prévios à campanha presidencial de 2018 com três fatores decisivos na caminhada de Bolsonaro rumo à Brasília. Afinal, como um medíocre deputado do baixo clero tornou-se um inesperado ponto de fuga do movimento ascendente da direita, articulado desde meados dos anos 1980, chegando ao posto mais alto da República? Os fios emolados que constituem o nó do Brasil de hoje estão ligados às Manifestações de Junho de 2013; à emergência das massas digitais, e sua pulsão antissistêmica atrelada ao forte ativismo digital e judicial; ao estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade (CNV); e à adesão de Bolsonaro à falsa noção de “ideologia de gênero”.

As Manifestações de 2013 materializaram um paradoxo ainda não superado por nós: na hipótese de Castro Rocha, a recusa da figura do político tradicional caracterizou um difuso sentimento antissistêmico, ao mesmo tempo em que a política se tornou autêntica paixão do dia-a-dia nacional. Pela primeira vez, uma medida técnica envolvendo, por exemplo, a votação da PEC 37 – relativa às atividades de investigação do Ministério Público em casos de, mas não somente, corrupção –, apaixonava multidões.

Por meio do ativismo digital, primeiro desdobramento desse paradoxo, novos atores políticos e sociais surgem a todo tempo e a informação passa a circular de forma direcionada, apostando-se na fragmentação do eleitorado: as mensagens são polarizadas e, corroborando opiniões e preconceitos dos receptores, criam círculos viciosos de confirmação de crenças, o que fortalece a dissonância

cognitiva – motor das massas digitais bolsonaristas. Soma-se a isso o ativismo judicial, materializado na Operação Lava Jato, fundamental na determinação do futuro imediato da política brasileira.

A prática desse tipo de ativismo já era defendida pelo ex-juiz Sérgio Moro em 2002: em sua Tese de Doutorado, Moro procurava demonstrar que *algum ativismo judicial* poderia ser benéfico para o fortalecimento da democracia. Em 2004, no artigo “Considerações sobre a Operação Mani Pulite”, o ex-juiz se valeu de expressões como “cruzadas judiciais” e “corrupção política e administrativa”, trazendo duas noções importantes que acabaram por formular o roteiro da Operação Lava Jato, dez anos depois: por um lado, busca-se garantir a centralidade da mídia para angariar a opinião pública – e o vazamento de informações foi um importante instrumento que fez com que a circulação da notícia substituísse a robustez da prova, inflamando a sociedade e tornando a espetacularização da justiça mais importante do que qualquer evidência jurídica; e por outro, a noção de *corrupção sistêmica*, que vira o passaporte que autoriza toda e qualquer transgressão em prol do bem maior – “varrer do mapa a corrupção”. Nesse ponto, a noção orviliana, que tudo pode para evitar a tomada do poder pelos comunistas, se encontra com a prática do ativismo judicial, que normaliza anomalias como a interferência do Ministério Público em instâncias legislativas e executivas para purificar a sociedade e acabar com a corrupção sistêmica.

Nesse cenário, acrescenta-se o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade que favoreceu o improvável reencontro de Jair Bolsonaro, capitão reformado em desonra por ter sido um “mau militar”, com as Forças Armadas. O tipo folclórico se destacou como opositor radical aos trabalhos da CNV, o que o uniu aos generais, com quem passou a dividir um único inimigo: o PT. Ainda hoje, o apoio dessa ala é imprescindível para a sustentação do governo Bolsonaro. Ademais, a pré-candidatura pelo PP à presidência, em 2014, tornou o nome de Bolsonaro conhecido nacionalmente. Seu rosto e seu nome começaram a circular de forma inédita em



programas como o Superpop e o CQC, sendo representado como uma caricatura do reacionarismo mais vulgar. A paradoxal candidatura à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em fevereiro do mesmo ano, vencida por somente dois votos pelo deputado Assis Couto, do PT, também é vista no ensaio como uma jogada de mestre. Passo decisivo, no entanto, foi a adesão à noção de “ideologia de gênero”, uma torção vulgar dos estudos de gênero, que uniu Bolsonaro à agenda conservadora, sobretudo às pautas neopentecostais: a costura de termos como “Deus”, “família” e “crianças” foi fundamental para a campanha de 2018.

E é assim que somos apresentados ao paradoxo: essa guerra cultural é a origem e a forma do bolsonarismo, mas, precisamente por isso, é a razão do fracasso do governo de Jair Bolsonaro. Sem guerra cultural, não é possível manter as massas mobilizadas. No entanto, pela negação de dados objetivos e o não estabelecimento de metas, prioridades, planos de governo, é impossível administrar a coisa pública. A necessidade intrínseca de inventar inimigos em série prenuncia: o governo Bolsonaro não tem rumo. Nesse caso, o que fazer?

Remetendo à experiência da ágora grega, Castro Rocha afirma ser indispensável distinguir *fato* de *rumor*. No cenário pós-político brasileiro, a desinformação sistemática e o tempo vertiginoso das redes sociais talvez só possa ser combatida se resgatarmos o pensamento de Hannah Arendt acerca da centralidade da *verdade factual* pois, sem uma dimensão minimamente objetiva, o espaço público esfalece e a convivência se torna uma estéril batalha de versões. Na esfera individual, abraçar a ética do diálogo como meio de combater a retórica do ódio, torna-se fundamental se quisermos superar o bolsonarismo. Abrir-se ao outro e exercitar a escuta atenta de quem pensa diferente, conhecendo a realidade para assim transformá-la, impõe-se como o único caminho se quisermos tornar o País-Brasil na promessa nunca cumprida da Nação-Brasil.

Assim, finalizo essa resenha da forma que abri, com Paulo Freire. No ano em que se comemora seu centenário, vivemos sob um obscurantismo profundo,

envoltos por mais de 500 mil corpos, vítimas não somente da Covid-19, mas da negligência e da ganância do governo Bolsonaro. Nesse tempo de urgências, é preciso assumir postura radical e se opor à visão bélica de mundo, que cultua a morte e prega o desejo perverso pela aniquilação do outro. Honrando a memória e o legado de Paulo Freire e inspirados pela ética *amorosa* de Castro Rocha, precisamos nos aproximar do *outro* e reconhecer nele um *outro eu*; abraçar as diferenças, pois são elas que ampliam nosso horizonte existencial e enriquecem a nossa visão de mundo. É, pois, tempo de *esperança*, no sentido freireano do verbo “esperançar”: se organizar para que as coisas aconteçam. O presidente sabe como agradar sua audiência e, até aqui, nós é que estamos insistindo em desentender. Por isso, nos resta romper com o maniqueísmo e assumir a ética do diálogo como nova estratégia, pois 2022 é logo ali, quase já.

### Referências bibliográficas

**FREIRE, Paulo.** Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. São Paulo, Paz e Terra. 1996.

**FREIRE, Paulo.** Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.

**ROCHA, João Cezar de Castro.** Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político. 1ª ed. Caminhos. 2021